

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA NONA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Aos quinze dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, às doze horas e vinte e quatro minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado, extraordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado Edson Martins - 1º Vice-Presidente; Secretariada pelo Senhor Deputado Saulo Moreira; com as presenças dos Senhores Deputados Adelino Follador, Aécio da TV, Cleiton Roque, Dr. Neidson, Edson Martins, Ezequiel Júnior, Jesuíno Boabaid, Laerte Gomes, Léo Moraes, Luizinho Goebel, Maurão de Carvalho, Ribamar Araújo, Saulo Moreira, Só na Bença; e ausências dos Senhores Deputados Airton Gurgacz, Alex Redano, Hermínio Coelho, Jean Oliveira, Lazinho da Fetagro, Lebrão, Marcelino Tenório, e Senhoras Deputadas Glaucione, Lúcia Tereza e Rosângela Donadon. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. A ata da sessão extraordinária anterior foi dada por lida e aprovada e o Senhor Presidente determinou a publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa. Passando-se à **ORDEM DO DIA**, foi **aprovado** em segunda discussão e votação, pelo processo de votação nominal, por maioria absoluta de votos **Projeto de Lei Complementar nº 002/15** de autoria do Poder Executivo/M 031 que "Altera a redação do parágrafo único do artigo 16, da Lei Complementar nº 622, de 11 de julho de 2011 e dá outras providências", com 13(treze) votos. Foram **aprovados** em segunda discussão e votação, pelo processo de votação nominal, por maioria

da votos: **Projeto de Lei nº 009/15** de autoria do Poder Executivo/M 040 que "Institui no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC o Programa Estadual Bolsa Estudo e Trabalho"; **Projeto de Lei nº 031/15** de autoria do Poder Executivo/M 050 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 7.807.539,00 em favor da unidade orçamentária Agência Estadual de Vigilância e Saúde - AGEVISA"; **Projeto de Lei nº 032/15** de autoria do Poder Executivo/M 051 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação e *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 8.372.750,53 em favor das unidades orçamentárias Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes - FRESPREN, Fundo Penitenciário - FUPEN e Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária - SEAGRI"; **Projeto de Lei nº 039/15** de autoria do Poder Executivo/M 054 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 1.597.708,09 em favor da unidade orçamentária Secretaria de Justiça - SEJUS"; **Projeto de Lei nº 040/15** de autoria do Poder Executivo/M 055 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por *superávit* financeiro, até o montante de R\$ 102.153.230,89 em favor das unidades orçamentárias Tribunal de Justiça - TJ e Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU"; **Projeto de Lei nº 030/15** de autoria do Poder Executivo/M 049 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$

256.277,52 em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC"; **Projeto de Lei nº 057/15** de autoria do Poder Executivo/M 068 que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar por anulação, até o montante de R\$ 2.394.193,00 em favor das unidades orçamentárias Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária - SEAGRI e Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS"; **Projeto de Lei nº 065/15** de autoria Coletiva que "Revoga o parágrafo 5º do artigo 2º da Lei nº 3526 que 'Altera a Lei nº 2913, de 3 de dezembro de 2012". Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente sessão, o Senhor Presidente comunicou realização de audiência pública de autoria do Deputado Léo Moraes no dia 16 de abril, às 09:00 horas, para discutir sobre a não convocação dos aprovados em concursos públicos no Estado; audiência pública de autoria dos Deputados Dr. Neidson e Jesuíno Boabaid no dia 16 de abril, às 14:00 horas, para discutir sobre o Assentamento Dilma Roussef, e convocou sessão ordinária para o dia 28 de abril, no horário regimental, às 15:00 horas. Para constar, o Secretário da sessão determinou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será devidamente assinada pelo Presidente e Secretário da sessão. Plenário das Deliberações às doze horas e trinta e três minutos do dia quinze de abril do ano dois mil e quinze.